

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E
SALA REGULAR: COMO DIALOGAR?**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

VIVIANE CÁCERES PACHECO DA SILVA

**Agudo, RS, Brasil
2015**

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA REGULAR: COMO DIALOGAR?

por

VIVIANE CÁCERES PACHECO DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof^a. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

**Agudo, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA
REGULAR: COMO DIALOGAR?**

Elaborada por
Viviane Cáceres Pacheco da Silva

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Me. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Celso Ilgo Henz, Dr.(UFSM)

Claúdia Letícia de Castro do Amaral, Me. (UFSM)

Agudo, 28 de Novembro de 2015.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA REGULAR: COMO DIALOGAR?

AUTORA: VIVIANE CÁCERES PACHECO DA SILVA
ORIENTADORA: PROF^a. Me. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM
Agudo, 28 de Novembro de 2015.

Este estudo apresenta como tema central o diálogo entre profissionais atuantes no contexto inclusivo de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). A problemática norteadora da pesquisa questiona se o trabalho coletivo das áreas de atendimento educacional especializado (AEE) e sala regular é de importância para o real desenvolvimento do aluno incluído, e como pode-se enfrentar as dificuldades existentes no diálogo entre estas áreas? O objetivo geral foi compreender como ocorre o trabalho entre profissionais do AEE e da sala de aula regular envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de alunos com NEE. Como objetivos específicos buscou-se conhecer diferentes abordagens desenvolvidas pelos profissionais da sala regular e AEE que visem à efetiva inclusão de alunos com NEE; analisar os recursos e meios que os profissionais da sala regular e AEE utilizam para a melhor compreensão dos alunos incluídos e identificar os desafios presentes no contexto da inclusão de alunos com NEE. O assunto foi abordado por meio de pesquisa qualitativa, tendo como método o estudo de caso e como instrumento de coleta de dados, visitas e preenchimento de um questionário (impresso ou digital). Participaram do estudo cinco profissionais atuantes no processo de inclusão escolar de três escolas municipais de Santa Maria/RS situadas no bairro Camobi. Foram elencados alguns fatores que se correlacionam com a qualidade do processo de inclusão. Estes fatores referem-se à formação continuada, a equipe gestora comprometida com a inclusão, o planejamento, o PPP, as reuniões pedagógicas, a equipe de apoio (monitor de sala de aula), os materiais de apoio (sala multifuncional, etc.), a família e escola, e a dificuldade em conciliar a carga horária. Diante deste elenco de fatores analisados, merece destaque o diálogo, que conduz uma favorável influência aos gestores, professores, alunos, famílias e comunidade em geral, como componente imprescindível no processo de inclusão de alunos com NEE.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Inclusão Escolar. Diálogo.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Distance Postgraduate Course
Lato-Sensu Specialization in Educational Management
Federal University of Santa Maria

EDUCATIONAL STRATEGIES: EDUCATIONAL SERVICE SPECIALIST AND REGULAR ROOM - HOW TO TALK?

AUTHOR: Viviane Cáceres Pacheco da Silva
COACH: Profª. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim
Agudo, November, 28 of 2015.

This study is focused on dialogue between professionals working in the inclusive context of pupils with special educational needs (SEN). The guiding question of research was the collective work in the areas of specialized educational services (ESA) and regular room is of importance to the real development of the enclosed student, how can face difficulties in the dialogue between this areas? The overall objective was to understand how is the work of professionals in the ESA and the regular classroom involved in the teaching and learning process of pupils with SEN. And as specific objectives sought to know different approaches developed by the professionals of the regular room and ESA aimed at effective inclusion of pupils with SEN, analyze the resources and means that regular and EEA room professionals use for a better understanding of included students and identify challenges in the context of inclusion of pupils with SEN. The survey was addressed through qualitative research, with the method of the case study, being used as a data collection instrument visits and completion of a questionnaire (printed or digital). Participants were five professionals working in the process of school inclusion, coming from three public schools in Santa Maria / RS located in Camobi neighborhood. They were listed some factors that correlate with the quality of the inclusion process. These factors refer to continuing education, the management team committed to inclusion, planning, PPP, educational meetings, support staff (classroom monitor), support materials (multi-purpose room, etc.) , family and school, difficulty in reconciling workload. Dante this list of factors analyzed, deserves dialogue, leading a favorable influence to managers, teachers, students, families and the community, as an essential component in the process of inclusion of pupils with SEN.

Keywords: School Management. School Inclusion.Dialogue.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE).....	9
1.1 Contextualização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	12
2 SALA REGULAR E AEE: DUAS INTERFACES FRENTE À INCLUSÃO	16
2.1 A Perspectiva do Educador Especial	16
2.2 A Perspectiva do Professor da Sala Regular	21
2.3 A intervenção da inclusão a partir da prática do diálogo	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31
APENDICE.....	33

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de um questionamento pessoal, quando ainda acadêmica do curso de graduação em Educação Especial-Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no período de 2010 a 2014. Percebi durante os estágios curriculares que existia uma resistência ao trabalho conjunto entre os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dos professores da sala regular. Daí originou-se a problemática: Se o trabalho coletivo destas áreas é de extrema importância para o real desenvolvimento do aluno incluso, como se pode enfrentar os desafios decorrentes entre o professor do AEE e da sala regular no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?

Entendendo que a construção didático-pedagógica também se integra à gestão escolar, com a temática de estudo proposta “ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA REGULAR: COMO DIALOGAR?”, teve-se como objetivo geral compreender como ocorre o trabalho entre profissionais do AEE e da sala de aula regular envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Especificamente, buscou-se conhecer diferentes abordagens desenvolvidas pelos profissionais da sala regular e AEE que visem à efetiva inclusão de alunos com NEE; analisar os recursos e meios que os profissionais da sala regular e AEE utilizam para a melhor compreensão dos alunos inclusos e identificar os desafios presentes no contexto da inclusão de alunos com NEE. Além disso, buscou-se compreender o trabalho entre o profissional do AEE e o profissional da sala regular, possibilitando o agrupamento de métodos e possibilidades que a gestão escolar elege e contribuindo com o trabalho interdisciplinar no contexto inclusivo de alunos com NEE.

O desenvolvimento da pesquisa contempla três escolas municipais de Educação Básica localizadas no bairro Camobi, na cidade de Santa Maria/RS. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa¹, pois busca compreender as práticas diárias de seus participantes, tendo “o ambiente natural como fonte direta de dados” (GODOY, 1995, p. 06). Como método de pesquisa, conduziu-se o estudo de caso².

¹Na pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações (TRIVIÑOS, 2009, p. 131).

²O estudo de caso parte do conhecimento de uma dada realidade, ou seja, “fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas” (TRIVIÑOS, 2009, p. 111).

Como instrumento de coleta de dados o pesquisador elaborou um questionário³ (Apêndice A) que foi disponibilizado aos entrevistados, além do estudo dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas e a análise dos dados, embasada nos discursos observados em conjunto com a literatura específica que contempla o tema.

O questionário contém questionamentos acerca da prática dos profissionais da sala regular e do AEE, que por sua vez têm envolvimento direto com a inclusão escolar de alunos com NEE. As questões agregadas ao questionário referem-se aos dados gerais das escolas e dos profissionais pesquisados, além da formação profissional e atuação profissional. Um mesmo questionário foi dirigido a cinco profissionais, sendo dois professores de sala regular e três professores do AEE.

A partir das informações descritas pelos profissionais em conjunto com a literatura específica que contempla o tema, foi possível uma análise descritiva, que será apresentada no capítulo dois.

Conforme determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), o AEE é suplementar e complementar ao atendimento regular, portanto a criação de estratégias de ensino e aprendizagem entre estas áreas de saberes se faz indispensável para o real entendimento e desenvolvimento do aluno com NEE. As trocas diárias entre as áreas questionadas colocam o aluno incluso como núcleo central, que por sua vez deve ser mais favorecido nesse processo. Assim, procura-se identificar as propostas de trabalho desenvolvidas coletivamente que possibilitem o comprometimento com o ensino e aprendizagem de alunos no processo de inclusão escolar.

Porque a pesquisa? É por meio da pesquisa que nós, enquanto sociedade, elencamos respostas e argumentos para os nossos questionamentos vividos e sentidos. Por este motivo propõe-se este estudo, para que o trabalho entre Educador da sala regular e Educador Especial se manifeste coletivamente como definem as políticas públicas.

Este trabalho divide-se em dois capítulos, sendo que o primeiro denomina-se “**Gestão Escolar na Perspectiva da Inclusão de Alunos com NE**”, que traz uma parte da historicidade do processo de gestão e inclusão no Brasil, além de contemplar a contextualização do AEE. O segundo capítulo denomina-se “**Sala Regular e AEE: Duas Interfaces Frente à Inclusão**”. Nele se desenvolvem a análise e a fundamentação teórica

³ Questionário é um instrumento de coleta de dados, construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184).

acerca da pesquisa e, por fim, conduz-se para as considerações finais, que denota os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I

1 GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE

Vivemos hoje o constante debate de uma realidade educacional inclusiva que teve um princípio reconhecido no âmbito internacional a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que preconiza em seu artigo 26 que “todos têm direito à educação”. Neste caso, a palavra “todos” denota a igualdade de direitos para todas as pessoas, independente de classe social e inclusive as pessoas com NEE.

Dentre os principais eventos internacionais estão destacados também a Declaração de Salamanca (1994), que determina às escolas o atendimento para [...] todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras, e o acolhimento de crianças com deficiência e crianças bem dotadas [...]. A Convenção de Guatemala (1999) também ganha destaque ao prever a extinção de todo e qualquer tipo de discriminação a pessoas com deficiência.

No Brasil, estes direitos foram reconhecidos pela Constituição Federal (1988), no seu artigo 208, inciso III, da garantia do “atendimento educacional especializado aos portadores⁴ de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008 da SEESP/MEC, preveem o direito ao acesso de todos ao espaço regular de escolarização, determinando o serviço da Educação Especial, sendo ele complementar e/ou suplementar ao ensino regular, definindo a oferta do AEE em todas as etapas da Educação Básica.

Esta definição propõe diferenciar o tipo de atividades a serem desenvolvidas entre as duas áreas de atuação para o alunado em questão. À vista disso, o AEE não é substitutivo à escolarização regular, e sim: [...] ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum [...] (BRASIL, 2008). Portanto, toda escola, diante de uma perspectiva inclusiva, deve implementar em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) um planejamento metodológico específico para atendimento de alunos-alvo do AEE, de modo que aborde os aspectos

⁴Atualmente não se aplica a expressão “portadores”, e sim “pessoas com deficiência” ou “Necessidades Especiais”.

cognitivo-afetivos, social, histórico e cultural, pensando em cada indivíduo como um ser único e aprendente.

A gestão escolar implica no estudo da gestão no âmbito da escola, especificamente nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Neste contexto, é necessário que toda a equipe gestora da escola mova-se e trabalhe coletivamente pela inclusão escolar. Desse modo, a gestão escolar deve pautar-se na perspectiva democrática, que prevê em seu planejamento a participação efetiva de todos os sujeitos comprometidos com a escola.

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento. Por efetividade entende-se, pois, a realização de objetivos avançados, em acordo com as novas necessidades de transformação socioeconômico-cultural, mediante a dinamização do talento humano, sinergicamente organizado. (LUCK, 2009, p. 24).

A gestão escolar constitui-se como gestão escolar democrática⁵ quando todos os envolvidos no contexto escolar são gestores responsáveis por administrar a escola como um todo. A escola como espaço democrático e inclusivo é definida através do trabalho conjunto dos professores do AEE, dos professores da sala regular, dos demais funcionários constituintes do corpo escolar, além da família do estudante e integrantes da sociedade escolar, que devem comprometer-se e disponibilizar-se desde o estudo específico ao amplo sobre o processo de gestão e inclusão, fortalecendo a qualidade escolar e permanência dos alunos na instituição.

A gestão democrática da educação é, hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização. (FERREIRA, 2000, p. 167).

Cada fragmento escolar é construído a partir da gestão escolar, e como estamos falando sobre o processo de inclusão, este não deve ser pensado separadamente como se fosse responsabilidade apenas do educador especial e do professor da sala regular. A inclusão faz

⁵ A Gestão Democrática é assegurada em Lei: Constituição Federal de 1988 e LDB 9394/96

parte do todo da escola, portanto toda a equipe escolar deve responsabilizar-se para construir este processo. O estudo sobre a inclusão poderá ser desenvolvido através da formação inicial de cada docente seguida de formação continuada para todos constituintes do corpo escolar, adaptação curricular e disponibilidade de materiais e recursos pedagógicos para o atendimento a cada necessidade específica dos alunos. Em relação à formação continuada, Veiga (2002) diz que:

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos. A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político pedagógico. (VEIGA, p.05, 2002).

Já o estudo individual de cada aluno refere-se ao pensar e desenvolver métodos que compreendam a especificidade individual do aluno com NEE, para a sua real integração no sistema de ensino e seu real desenvolvimento educacional, pois entende-se que “a escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica” (BRASIL, 2004, p.8).

Compreende-se então que quando houver alunos inclusos é indispensável uma postura de diálogo e inter-relação entre as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, favorecendo assim o desenvolvimento e crescimento integral dos alunos com NEE.

Portanto, os dois: escola comum e Atendimento Educacional Especializado, precisam acontecer concomitantemente, pois um beneficia o desenvolvimento do outro e jamais esse benefício deverá caminhar linear e sequencialmente. (BRASIL, 2007, p. 27).

A busca por um diálogo competente favorecerá o aprendizado e um melhor rendimento de alunos com deficiência, pois, a partir do momento em que professores trocam informações e saberes, ambos conseguem entender como se desenvolve o processo de aprendizagem individual de seus alunos.

O processo de inclusão vem sendo pensado para que os alunos com deficiência possam ter os mesmos direitos que os alunos sem deficiência, os ditos “normais”. Sendo assim, mesmo que o professor de sala de aula regular e do AEE não tenham a mesma proposta de trabalho, eles devem compreender seus alunos da mesma forma, ou seja, como sujeitos de aprendizagem, tornando o processo favorável ao acesso e permanência do alunado. Assim, o mesmo estará aprendendo e sendo compreendido como um sujeito aprendente e de direitos

preservados. A resolução CNE/CEB n. 4/2009 traz em seu art. 9º que:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009, p. 2).

Como já descrito, o discurso sobre a inclusão mostra que o professor da sala regular não pode limitar-se às paredes de sua sala de aula, nem mesmo o professor do AEE limitar-se ao atendimento individual: as barreiras das salas devem ser quebradas de modo que todos os profissionais possam desenvolver um trabalho pedagógico interdisciplinar eficiente e adequado ao aluno núcleo desse processo.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. (BRASIL, 2004, p. 8).

Portanto, a gestão no processo de inclusão escolar deve ter em seu roteiro um amplo “script” de possibilidades acessíveis que contribua, favoreça e fortaleça coletivamente os seus atores e coadjuvantes em todos os aspectos do âmbito escolar.

1.1. Contextualização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A Educação Especial é uma modalidade de ensino para alunos com deficiência, que percorre todos os níveis e etapas da Educação Básica. É o profissional de Educação Especial que realiza e desenvolve o AEE. Na perspectiva das Diretrizes da Educação Inclusiva, o artigo 13º indica entre as atribuições e deveres do professor do AEE o seguinte:

[...]IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; [...] VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 3).

O AEE deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino em que o aluno está matriculado e no turno inverso. Caso a escola não tenha em sua sede uma sala de AEE, estes alunos serão encaminhados para outra escola ou espaço que disponibiliza esta modalidade de ensino.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. (BRASIL, 2007, p. 22).

As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, Resolução nº 4, de 5 de outubro de 2009, define em seu artigo 4º, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação como público alvo do AEE.

Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 1).

O AEE organiza-se por meio de orientação e suplementação pedagógica aos demais professores e profissionais envolvidos, além da orientação e apoio a família. Dispõe de uma sala de recursos multifuncionais composta de mobílias e equipamentos, materiais didático-pedagógicos, organizados de acordo com a demanda atual de cada instituição, objetivando complementar e suplementar o ensino comum no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência e em curso de inclusão escolar.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse

atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 16).

Diante deste conjunto de atribuições que identifica o AEE, a seguir apresenta-se como se dá a definição de cada sala de AEE das escolas⁶ pesquisadas, sendo todas elas escolas municipais de ensino fundamental, localizadas no bairro Camobi, da cidade de Santa Maria/RS.

Na escola “A” existe uma sala multifuncional, a qual dispõe de recursos didáticos e pedagógicos, jogos pedagógicos, televisão, DVD, som, computadores, impressoras, armários, mesa, cadeiras e materiais de acessibilidade. No local são atendidos onze alunos, subdivididos entre Déficit de Inteligência e Déficit Auditivo.

Na escola “B” existe um espaço reservado para o AEE, que dispõe de *“uma sala de recursos multifuncionais. A sala é bastante ampla para realizar o atendimento pedagógico dos alunos e conta com recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva bastante variados”*⁷. Ali são atendidos seis alunos com NEE, os quais se subdividem em deficiência intelectual, deficiência múltipla e autismo.

Na Escola “C”, o espaço reservado para o AEE apresenta variados *“recursos e meios para que se realize um trabalho positivo e que traga ao aluno um crescimento significativo dentro da sua dificuldade e especificidade”*. Atualmente são atendidos quatro alunos, um aluno com Síndrome de Asperger, um com Autismo Severo, um com Síndrome de Down e um com dificuldades motoras.

Pode-se observar que as salas de AEE das escolas participantes desta pesquisa, são espaços adequados com equipamentos, mobiliários, materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade diversos, para o atendimento das necessidades específicas dos seus alunos. A implementação de salas de recursos multifuncionais⁸ é um programa assegurado pela Secretaria de Educação do Estado e Secretaria de Educação Especial, e destinado às escolas Estaduais e Municipais. As salas de Recursos Multifuncionais são espaços que:

[...] auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social. (BRASIL, 2010,p. 6).

⁶As escolas pesquisadas serão identificadas a partir de classificação alfabética “A”, “B” e “C”.

⁷Os grifos em *itálico* entre aspas referem-se às falas dos pesquisados.

⁸ Saiba mais: <http://portal.mec.gov.br/implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais>

Em cumprimento com o papel social a escola deve promover o pleno desenvolvimento de alunos com deficiência, assegurando assim o respeito e a valorização pela diferença e preparando-os para o ambiente externo na escola, capacitando-os como sujeitos independentes e autônomos para o exercício da cidadania, ou seja, preparando-os para a vida.

A seguir, no capítulo II, serão apresentadas as perspectivas dos sujeitos participantes da pesquisa, de acordo com o preenchimento do questionário. Os dados das escolas e dos profissionais sujeitos desta pesquisa foram mantidos em sigilo, visto que os questionamentos são pessoais. No entanto poderão ser solicitados ao pesquisador a qualquer momento em que haja necessidade. Justifica-se tal organização pelo fato de esta pesquisa ter a intenção de identificar positivas estratégias e abordagens educacionais acerca da inclusão de alunos com NEE, independentemente da identificação de seus sujeitos atores.

CAPÍTULO II

2 SALA REGULAR E AEE: DUAS INTERFACES FRENTE À INCLUSÃO

O contexto inclusivo educacional hoje aborda variadas discussões, dentre elas esta pesquisa contextualizará duas: Sala Regular e Sala de AEE. A partir do preenchimento de um questionário, professores da sala regular e da sala de AEE descreveram seu olhar acerca dos desafios enfrentados na prática de sua profissão. Quem está diante da inclusão de alunos com NEE nas escolas regulares sabe o quanto é desafiador este contexto.

Conforme descrito na apresentação, o questionário subdivide-se em três sessões: I- Dados Gerais; II- Formação Profissional; III- Atuação Profissional. A seguir serão apresentados em forma descritiva os discursos disponibilizados pelos sujeitos atores da pesquisa.

2.1 A Perspectiva do Educador Especial

Nesta sessão, veremos quais são as perspectivas dos educadores especiais e como se procede ao trabalho conjunto com os profissionais da sala regular. Início a abordagem a partir da descrição da professora “Ana”, que tem formação em magistério, graduada em educação especial e pós-graduada em gestão escolar. Exerce a profissão há vinte anos. Atua 40hs na escola “A”, sendo 20hs como Educadora Especial e 20hs como Professora da classe regular. Já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que focaliza a gestão escolar e a inclusão escolar. Neste contexto a formação continuada é algo fundamental para que professores se atualizem e cresçam com as novas perspectivas que giram ao entorno do contexto educacional.

A construção do PPP dá-se a partir de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar, que também contempla o AEE. O PPP hoje é construído a partir da perspectiva democrática, sob o qual todos envolvidos com a escola devem ter alguma contribuição com o mesmo.

O tema inclusão escolar de alunos com NEE é abordado através de reuniões de formação continuada e reuniões com professores. A professora “Ana”, responsável pelo AEE, considera ser *“muito importante o trabalho conjunto”*, e afirma ter autonomia para desenvolvê-lo, porém diz estar pouco satisfeita, *“pois o tempo para reuniões e acompanhamento dos professores é muito restrito”*.

A maior dificuldade enfrentada pela professora “Ana” é a limitação de carga horária, pois dá suporte complementar e suplementar apenas com 20 horas semanais para toda a escola. Desta forma, os encontros para reuniões com professores e familiares ficam limitados, porém mesmo tendo esta limitação ela mantém contato diário com os professores e caso tenha alguma especificidade de reuniões mais formais os familiares e professores são acionados.

Entendendo que a família tem papel fundamental na escola, ela *“é atendida de forma individualizada através de reuniões, de acordo com as necessidades do aluno, levando em conta a troca de informações sobre o desenvolvimento do aluno”*.

Os desafios relacionados à inclusão escolar de alunos com NEE *“são abordados junto à equipe diretiva, sempre buscando o apoio e a parceria da família e de equipes multidisciplinares. Muitas vezes existe a dificuldade junto aos professores devido às turmas serem muito grandes e terem poucos profissionais de apoio”*. A professora “Ana” é responsável pelo AEE, em acompanhar e dar atendimento aos alunos, professores e familiares de dezoito turmas da escola e desenvolve seu trabalho com apenas 20 horas. Para “Ana”, a fim de fortalecer o papel da gestão escolar no que se refere à inclusão escolar de alunos com NEE, *“deve existir um espaço para a formação continuada dos professores dentro do seu horário de trabalho”*.

Sugestão de trabalho conjunto: A professora “Ana” acredita que os professores que atuam diretamente com a inclusão escolar *“necessitam de mais tempo destinado a discussões e trocas de experiências”*. *“O ideal seria que a escola conseguisse fazer uma reunião pedagógica semanal (como era antigamente) e não apenas uma reunião mensal. Todos os alunos com NE deveriam ter o direito de ter um monitor na sala de aula regular para auxiliar os professores no atendimento aos alunos”*. Sugere a importância da contratação de mais um profissional que atue em outras 20 horas no AEE.

Mais uma vez “Ana” refere-se à importância de estabelecer uma sincronia entre reuniões e formação continuada dentro da carga horária de trabalho. Isto porque a carga horária de trabalho não vence as demais horas necessárias para o desenvolvimento de outras atribuições necessárias para que o trabalho a ser realizado seja de total qualidade.

Analisando a abordagem descrita por “Ana”, pode-se dizer que a mesma tem um apreço pelas reuniões pedagógicas, pois é através delas que são possíveis as trocas entre a equipe gestora da escola referente ao contexto da inclusão. Porém sente-se desafiada em relação aos poucos espaços para se dirigir às reuniões ou cursos de formação continuada. “Ana” não descreve um método específico desenvolvido no contexto em que exerce sua função profissional.

A segunda professora chama-se “Alice”, é graduada em educação especial, pós-graduada em educação especial, mestre em educação e doutoranda em educação. Exerce sua formação há sete anos. Atua na escola “B” como profissional do AEE. Já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que focalizem a gestão escolar, e pelo menos uma vez por ano participa de cursos, seminários ou congressos com a temática inclusão escolar. A formação inicial e continuada, somada à prática, resulta em eficazes progressos na educação, pois um profissional preparado tende a desenvolver um trabalho de qualidade.

A professora “Alice” trabalha na escola “B” há cinco anos, e já participou de reelaborações e revisões do PPP, o qual contempla *“o AEE informando quem são os alunos atendidos pela Educação Especial e como esse atendimento é organizado na escola... A inclusão escolar dos alunos com deficiência e autismo tem sido discutida em reuniões pedagógicas e dia a dia da escola”*. O PPP da escola “B” segue adjunto com o que determinam as políticas públicas, ou seja, contempla em seu corpo o AEE em consonância com todos os envolvidos no processo de inclusão.

A professora “Alice” *“considera-se satisfeita no trabalho conjunto com a sala regular, pois na escola existe ‘uma boa interlocução’”*. Os profissionais *“possuem autonomia, e o trabalho é sempre discutido entre os professores e a equipe diretiva”*. Ou seja, a partir dos discursos conjuntos, os professores têm autonomia ao desenvolver suas práticas individuais. No entanto, tem-se a necessidade de *“um tempo maior para as discussões, a organização e o tempo escolar não têm permitido”*.

A família e a escola somam-se como dois processos valiosos para o desenvolvimento dos alunos. Entendendo isso, a escola “B” procura manter *“bastante contato com as famílias durante o ano letivo, por meio da presença dos pais na escola, ligações telefônicas ou recados na agenda dos alunos. O envolvimento das famílias tem sido muito bom”*.

Para auxiliar os professores que não possuem formação para atuar com os alunos com NEE, a escola dispõe de *“discussões nas reuniões pedagógicas e orientações individuais da*

educadora especial e reuniões com profissionais da saúde que atendem os alunos (equipe do Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPS-i, por exemplo)”.

Quando a gestão escolar caracterizada como democrática dá abertura ao diálogo, há a possibilidade de aprimorar alguns aspectos que, por vezes, não são olhados com mais atenção individualmente, isto porque a escola abrange distintas áreas de trabalho. Para fortalecer o papel da gestão escolar democrática no que se refere à inclusão escolar de alunos com NEE “Alice” acredita *“que a inclusão deva ser discutida por toda a equipe escolar, não sendo responsabilidade apenas do educador especial ou do professor que possui o aluno com deficiência em sua turma. Afinal, o aluno é da escola e não de determinado professor. Nesse sentido, a gestão escolar possui papel fundamental na sustentação da inclusão escolar dos alunos”*.

Em análise da abordagem da professora “Alice” é possível visualizar um grau de satisfação no trabalho conjunto com os demais profissionais e da gestão escolar no contexto de inclusão, porém, assim como na escola “A” na abordagem da professora “Ana” também há o desafiador contraste entre prática e o espaço-tempo, para que haja uma qualificação mais adequada em relação às trocas de conhecimentos. “Alice” não aborda nenhum método específico em relação ao trabalho conjunto com os demais profissionais da escola, porém fica claro que compreende que o fazer pedagógico com qualidade depende de uma interação conjunta, ou seja, a prática da gestão escolar democrática.

A terceira professora é “CAA”, graduada em educação especial e pós-graduada em psicopedagogia clínica e institucional. Exerce sua formação inicial há três anos. Atua na escola “C”. Até o momento não participou de cursos, seminários, congressos ou formação continuada que trabalhe a gestão escolar. Já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou formação continuada que focalizem a inclusão escolar.

O PPP foi escrito quando a professora ainda não trabalhava na escola, no entanto o PPP contempla o AEE, além de que a inclusão de alunos com NEE *“é bastante discutida e aceita por todos dentro da escola”*. Discutir a respeito de assuntos de interesses do cotidiano da escola favorecem as práticas conjuntas e individuais dos atuantes dentro e fora dela. Outro fator que favorece a qualidade da escola e do trabalho com alunos com NEE é o trabalho em conjunto com os professores da sala regular com a Educadora Especial, onde se expõe as maiores dificuldades e necessidades do aluno. A partir disso é realizado um trabalho que traga benefícios para todas as partes envolvidas (professora da sala regular, aluno, educadora especial e família). A professora mostra-se satisfeita com o trabalho conjunto que vem

desenvolvendo com os demais profissionais da escola, que é desenvolvido de forma autônoma.

Além disso, afirma que *“o trabalho em conjunto com o professor da sala regular é de suma importância para que o desenvolvimento do aluno com deficiência seja significativo”*. Na escola tenta-se realizar um trabalho em conjunto, porém, há alguns casos que não é possível, mas faz-se de tudo *“para alcançar o objetivo e acredito que conseguimos realizar um bom trabalho”*.

As famílias dos alunos em processo de inclusão na escola são bastante participativas e preocupadas com o andamento e crescimento dos filhos. Sempre que solicitado, eles comparecem às reuniões e conversas com a Educadora Especial e direção.

Para auxiliar os professores que não possuem formação para atuar com os alunos com NEE a escola *“libera os professores para participarem de palestras e formações fora da escola. E há também um projeto dentro da escola que auxilia os professores na realização de atividades com alunos autistas”*. Estes espaços que a gestão escolar possibilita aos profissionais atuantes nas escolas configuram-se como formação continuada, por meio da qual seus profissionais mantêm-se informados e qualificados para desenvolverem um trabalho competente com os alunos com NEE.

A professora relata que não há dificuldades *“para realizar um trabalho positivo dentro da escola com os alunos em questão”*, pois, *“a deficiência dentro da escola é tratada de forma positiva, tanto professores como funcionários, todos respeitam e ajudam no trabalho com os alunos deficientes”*.

Para fortalecer o papel da gestão escolar no que se refere à inclusão escolar de alunos com NEE a professora “CAA” acredita que seria importante *“continuar participando de palestras para que estejam sempre atualizados no assunto da inclusão e das deficiências em geral”*.

A abordagem disponibilizada pela professora “CAA” denota que a questão da inclusão escolar é dinamizada de forma conjunta e democrática, onde todos participam positivamente deste contexto. Para que os profissionais realizem momentos de formação e qualificação profissional dentro e fora da escola, estes entendidos como essenciais no contexto educacional, são disponibilizados espaços-tempo com essa finalidade.

As abordagens referidas pelos pesquisados do AEE denotam que ambos sentem-se desafiados diariamente, pois cada aluno apresenta uma característica, portanto devem ser analisados e avaliados individualmente por todo grupo escolar, visto que o aluno pertence a todo o contexto da escola.

Porém pode-se afirmar que o que há de mais desafiador é a organização do período reservado para reuniões e formação continuada, tanto dentro quanto fora da escola. Em conformidade com a realidade da escola pública, Veiga (2002) diz que:

A qualidade de ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente à formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral a escola, [...]). (VEIGA, p. 19, 2002).

Portanto para que o contexto inclusivo seja de fato de qualidade, é necessário que a gestão escolar em conjunto administre significativamente condições de trabalho do seu corpo docente. A seguir, na próxima sessão, será introduzida uma discussão sobre as abordagens disponibilizadas pelos profissionais da sala de aula regular.

2.2 A Perspectiva do Professor da Sala Regular

No contexto de professores da sala de aula regular, duas professoras foram pesquisadas. A seguir iremos compreender as perspectivas em relação aos discursos referentes à inclusão de alunos com NEE, que possibilitará compreender suas práticas cotidianas, além dos desafios decorrentes deste contexto.

A primeira é a professora “Mônica”, atua na escola “A”, ela é graduada em Pedagogia-séries iniciais e educação infantil. Exerce sua formação há mais de onze anos. Já fez ou faz cursos, seminários, congressos e participa de formação continuada, mas não possui especialização específica de gestão. Em relação à formação que remete à inclusão escolar, relata que participa todos os anos do seminário de inclusão, como também do curso do PNAIC⁹, e em cursos de formação continuada onde são frequentes os debates sobre inclusão. A professora “Mônica” atua no 3º ano do ensino fundamental da escola “B”, na qual está matriculada uma aluna com autismo.

Sabe-se que o PPP é tarefa de todos os profissionais atuantes na escola, na qual o AEE deve ser referendado, e nesta perspectiva “*a construção do PPP contempla o atendimento do*

⁹ O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Para saber mais acesse: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>

AEE, e sua construção foi feita em parte com participação dos professores, em reuniões pedagógicas”.

O tema inclusão escolar de alunos com NEE tem sido refletido nas propostas e ações conjuntas *“com o intuito de integrá-los da melhor forma possível às atividades realizadas na escola”*. Em relação ao trabalho conjunto com o AEE e a monitora que a acompanha em sala de aula, a professora mostra-se muito satisfeita, descrevendo que existe apoio mútuo, trocas de ideias e dúvidas, além de dividirem angústias. Refere-se à monitora como *“essencial para o apoio dos trabalhos em sala de aula”*. A autonomia é exercida ao desenvolver seus projetos a partir da troca de *“ideias e sugestões para fazer o melhor trabalho possível”*.

A parceria entre família e escola é algo presente na prática desta professora, ela relata que *“a mãe é muito presente e sempre está na escola, demonstra gostar da escola e reconhece com carinho a satisfação de sua filha estar estudando aqui”*. Para reforçar questões referentes à inclusão a escola valoriza os *“diálogos sobre as questões de inclusão durante as reuniões e formações continuadas”*.

Em relação aos desafios da inclusão a professora traz um relato que mostra o quanto já foi superado desde o início do processo de inclusão nas escolas, embora ainda existam desafios a serem superados *“aprendemos a lidar com situações muito difíceis (a falta de experiência, a insegurança, os choros, as crises e os surtos dos alunos). Hoje, já sabemos muito mais do que há anos atrás. O trabalho é em conjunto com toda equipe escolar, todos se envolvem e se apoiam, mas ainda passamos por momentos difíceis e sempre precisamos aprender mais”*.

A professora “Mônica” acredita que para fortalecer o papel da gestão escolar no que se refere à inclusão escolar de alunos com NEE, deve-se *“agilizar contratos dos monitores no início do ano; educadoras especiais em todas as escolas; agilizar encaminhamentos para avaliações de possíveis alunos que precisem de diagnóstico e/ou tratamento e atendimento especializado nas escolas; seguir com aprendizados e discussões sobre situações reais de alunos AEE nas escolas; ter centros de apoio CAP’s ¹⁰ com profissionais suficientes para atendimento da demanda”*. O que parece é que “Mônica” sente certa carência em unir conhecimentos de demais órgãos ou profissionais para que a escola consiga desenvolver um trabalho mais qualificado e voltado para assuntos da inclusão escolar.

“Mônica” sugere que *“o trabalho conjunto com a UFSM e de outras universidades do município como os cursos de Educ. Especial e Psicologia, com discussões, fóruns e palestras*

¹⁰ Centro de Apoio Psicossocial

para os professores” seriam uma referência para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais que estão vivendo a prática de um contexto inclusivo.

É possível analisar, diante do discurso da professora “Mônica”, que a gestão escolar mantém-se articulada com o contexto inclusivo, no qual os diálogos referentes à inclusão de alunos com NEE são frequentemente abordados por todos na escola, através de formação continuada e de reuniões pedagógicas. Atualmente “Mônica” sente-se mais integrada com o contexto inclusivo, mesmo que ainda existam novos desafios, sabe-se que é na prática vivida e sentida e se acomoda o conhecimento.

“Mônica” também descreve que a produção de conhecimento em conjunto com demais órgãos públicos, assim como a UFSM e seus cursos associados com o contexto escolar, seria uma referência para a qualidade escolar.

A segunda professora será identificada por “MG”, tem formação em Magistério, graduada em Pedagogia-séries iniciais e pós-graduada em Psicopedagogia. Exerce a profissão há vinte e um anos. Já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que focaliza a gestão escolar, oferecida pela SMED, direcionadas à alfabetização, problemas de aprendizagem e atualmente faz o PNAIC. Após a lei da inclusão de alunos com NEE nas salas regulares, a professora participa de cursos relacionados ao tema oferecidos pela Secretaria do Município e Sindicato dos Professores.

A professora “MG” atua na escola “B” no 2º ano do ensino fundamental e atende “*em média quatro alunos autistas no turno da tarde*”. “*A construção do PPP teve a participação dos professores e da comunidade escolar*”. Em relação ao tema inclusão de alunos com NEE a professora “MG” relata que a cada ano cresce o número de crianças em processo de inclusão. E como professora da sala regular recebe “*bastante suporte da Educadora Especial*”. Além disso, os alunos são acompanhados por monitoras que fazem trabalhos mais direcionados a eles. Em relação às suas aulas, procura “*proporcionar atividades que desenvolvem principalmente a autonomia e limites*”.

Como material de apoio utiliza “*materiais como: massinha de modelar, livros, colagens, vídeos e o computador isso, dependendo das limitações de cada aluno*”. A professora relata que este ano tem “*um aluno autista que fica muito pouco na sala, mas o tempo que fica sempre lhe é oferecido alguma atividade. Este aluno ainda não tem desenvolvido sua linguagem, é bem complicado o trabalho, pois não se interessa com o traçado no papel, nem com os materiais oferecidos. Prefere ficar apenas diante de uma música ou vídeos*”.

Em relação ao trabalho conjunto, afirma que os professores têm autonomia, “*levando em conta as necessidades individuais dos alunos*”, mostra-se satisfeita com o trabalho conjunto com a educadora especial e monitora, pois sempre recebe “*as orientações necessárias de como proceder e agir*”. Esta relação conjunta entre profissionais reflete num bom desenvolvimento nos alunos, maiores interessados nesta realidade.

A professora “MG” acredita que a família tem papel fundamental na escola, desta forma existe um contato constante que “*é feito por um diário*” e “*sempre que necessário, a família é chamada para esclarecer dúvidas ou combinados*”.

Com o intuito de auxiliar os professores que não tem formação para atuar com alunos com NEE “*a escola promove discussões nas reuniões pedagógicas, e dispõe de “pessoas qualificadas na área para esclarecimentos*”. Promover uma boa e qualificada formação aos professores requer um olhar atento daqueles que se incumbem de desenvolver a gestão da escola.

Com base no que a professora “MG” abordou em relação à sua prática, é possível analisar que o curso da prática da educação inclusiva vem sendo basicamente assegurada por meio de reuniões pedagógicas e formação continuada, estes que são oferecidos pela própria gestão da escola e pela secretaria de educação da cidade. Mostra-se satisfeita com o trabalho conjunto como os demais profissionais da escola.

“MG” relata como é realizada a ponte entre escola e família, tendo como método um diário, que possibilita o contato cotidiano das ações realizadas na escola, portanto mais uma vez pode-se analisar que família e escola andam juntas tanto neste, quanto nos demais discursos analisados nesta pesquisa.

Na próxima sessão será abordada a prática do diálogo no contexto educacional entre professores da sala regular e professores do AEE, sujeitos desta pesquisa, conectando analiticamente suas perspectivas com a teoria elegida para esta pesquisa.

2.3 A intervenção da inclusão a partir da prática do diálogo

A concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais. A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos. (BRASIL, 2010, p. 6).

Para isso, construir um trabalho competente ou que contemple a maioria das necessidades do contexto inclusivo a partir do diálogo¹¹ parece ser algo tão simples, mas no seu singelo significado entendemos o quanto o diálogo diferencia um trabalho bem sucedido. A pesquisa deixa claro que se há diálogo, há um bom trabalho sendo desenvolvido em conjunto.

Ao descrever sobre o trabalho conjunto, a maioria dos sujeitos da pesquisa demonstrou sua empatia quanto ao diálogo, sendo este um dos meios mais apreciados e decorrentes para a compreensão de sua prática e dos alunos em processo de inclusão. A escola é um ambiente que possibilita trocas culturais e históricas, portanto há uma gama de conhecimentos que circulam neste espaço social. Para Ferreira (2007),

Uma escola é um espaço e um tempo de produção de conhecimentos, cuja base é a prática da linguagem por sujeitos caracterizados por uma historicidade, subjetividade e individualidade. Portanto, é o lugar onde se produzem interações e, como tal, não é neutro, denota características políticas. (FERREIRA, 2007, p. 37).

Também é possível compreender outra série de fatores indispensáveis para o real sucesso do trabalho a ser desenvolvido no contexto inclusivo de alunos com NEE, são eles: formação continuada; equipe gestora comprometida com a inclusão; planejamento; PPP, reuniões pedagógicas; equipe de apoio (monitor de sala de aula); material de apoio (sala multifuncional, etc.); família e escola; carga horária.

A formação continuada é o ato de dar continuidade ao estudo inicial com a intencionalidade de agregar novos conhecimentos acerca da prática diária. Os docentes pesquisados são profissionais comprometidos que demonstram total responsabilidade em absorver conhecimento através da formação continuada.

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos. (CHIMENTÃO, 2009, p. 3).

Hoje o professor que não se dispõe a dar continuidade aos estudos acaba por ficar desatualizado. Tudo o que é novo não será aproveitado pelo mesmo e, por fim, sua prática acaba se tornando habitual e muitas vezes sem sentido para aqueles que vivem o novo.

¹¹Diálogo é a conversação entre duas ou mais pessoas, costuma-se dizer erroneamente que significa "dois", no entanto significa "passagem, movimento", assim, *dialogo* significa a troca de intervenientes, que podem ser dois ou mais. Embora se desenvolva a partir de pontos de vista diferentes, o verdadeiro diálogo supõe um clima de boa vontade e compreensão recíproca. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1logo>.

Mais do que nunca, o educador deve estar sempre atualizado e bem informado, não apenas em relação aos fatos e acontecimentos do mundo, mas, principalmente, em relação aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às novas tendências educacionais. (CHIMENTÃO, 2009, p. 2).

A equipe gestora da escola dispõe de recursos que possam melhorar o trabalho de todos, contribuindo assim com o desenvolvimento integral dos discentes, que depende muitas vezes de um atendimento mais específico à sua necessidade. O envolvimento do corpo docente em conjunto no planejamento escolar toma partida logo na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), que por sua vez,

É a forma de organizar o trabalho pedagógico na escola, articulando saberes e espaços-tempo com base nas demandas apresentadas pela comunidade escolar. De certa forma, é um projeto que, embora de caráter burocrático, precisa ser construído a partir das vivências e deve ser motivo para as práticas cotidianas. De um lado há interesses, as ideias da comunidade, dos estudantes, do sistema de ensino. De outro, há a estrutura, a organização, o currículo, as ideias e as práticas. (FERREIRA, 2009, p. 3-4).

A equipe gestora comprometida com a inclusão vem ao encontro do que se chama gestão democrática, que por sua vez trabalha em conjunto por um mesmo fim, ou seja, a satisfação e desenvolvimento de seus docentes e discentes. A construção do PPP é um processo democrático e, portanto, político

[...] refere-se à preocupação em garantir igualdade de condições para o acesso e para permanência na escola. Durante esse tempo de escola o aluno precisa ter garantida a qualidade técnica e a qualidade política geradora de um processo educativo consequente. Para tanto, há necessidade de uma gestão democrática na escola o que implica necessariamente na valorização dos docentes e na garantia de espaços para discussão sobre educação. (FERREIRA, 2009, p. 4).

O PPP é a carta de apresentação da escola, que deve retratar todos os fragmentos existentes no processo escolar, isso é, planejar. O planejamento é um ato de organização curricular, que pensa o presente para que se remeta ao futuro. A ação é a operação de um planejamento antecipado, que por sua vez, é praticado a partir do diálogo e se define como um processo democrático.

Planeja-se para alcançar objetivos que ainda não foram alcançados ou para garantir que eles continuem sendo alcançados. Na escola, para que ele seja eficaz ele precisa ser coletivo. Ele é coletivo quando inclui a participação de todos os envolvidos dentro de suas funções e atribuições. (GADOTTI, s/ ano, p. 1).

A equipe gestora que se propõe a fazer reuniões pedagógicas diferenciadas, assim como dispor de profissionais especialistas de diversas áreas, para discussão do grupo informações e opiniões distintas, mostra-se ser uma equipe comprometida com o processo de inclusão e democrático em que se vive atualmente, que por sua vez enriquece suas práticas e vivências tidas e sentidas no dia-a-dia de uma escola dando espaço ao conhecimento coletivo.

A diferença exige do professor uma dedicação maior para a pesquisa, para estudos sobre as fases de desenvolvimento infantil, sobre a sua diferença, como também uma equipe multidisciplinar na escola, no qual todos trabalhem empenhados para além das necessidades do aluno e possam auxiliar na promoção de uma inclusão social. (LUNARDI, 2005, p. 51).

Todos os professores da pesquisa consideram essencial o trabalho do monitor de sala de aula. Embora ainda seja muito escasso este tipo de profissional nas escolas públicas, os monitores são bastante requisitados, pois fazem o acompanhamento direto dos alunos com NEE nas suas atividades escolares e auxiliam o professor dentro da sala regular. Este profissional geralmente tem característica de ser estudante de Educação Especial, e é mantido por bolsas ou contratos temporários de monitoria pelas entidades competentes, Estado ou Município, ou até mesmo pela família dos alunos.

Neste contexto, os professores constituem-se na força transformadora da escola. Transformam suas práticas pedagógicas em acordo com as relações, representações e significações elaboradas no decorrer de sua historicidade como profissionais. Contam com seus colegas e com as oportunidades em seu local de trabalho. [...] É assim que se mantêm vivos [...], [...] lutando pela superação das inúmeras dificuldades rotineiras. [...] A interação permite a socialização, a reflexão, o entendimento, a contradição, a re-elaboração dos saberes, produzindo assim, saberes estabilizados, portanto, conhecimentos. (FERREIRA, 2009, p. 13).

Manter no dia-a-dia um diálogo aberto com certeza contribui para o desenvolvimento e crescimento de todos que participam ativamente do contexto de inclusão. Tanto professores como alunos, família e demais integrantes da comunidade escolar são favorecidos.

A pesquisa mostra que a maioria dos professores são adeptos à inserção da família na escola, sendo ela considerada como peça fundamental para o desenvolvimento do aluno com NEE. As escolas abrem suas portas e convidam a família a participar assiduamente do desenvolvimento de seus filhos.

É indiscutível a relevância da ação da família e da escola no desenvolvimento da criança. Cada uma seu modo e em seu tempo, deve contribuir, pois a função da escola inicia quando termina a da família e vice-versa. Em virtude das diferentes

responsabilidades, cada uma dessas instituições deve procurar-se em estabelecer relações específicas. (MARQUEZAN, s/ ano, p.10).

Desta forma pode-se considerar que tanto família com escola são complementos e suplementos uma da outra. Ou seja, todos os segmentos da escola em processo de inclusão são responsáveis por pensar e executar propostas que contribuam para o crescimento e desenvolvimento dos alunos.

Ao analisar as informações descritas pelos profissionais participantes desta pesquisa, pode-se firmar que o maior desafio a ser superado é a organização da carga horária destinada a reuniões pedagógicas e formação continuada, pois o tempo destinado a estes eventos geralmente excede aos que são devidamente efetivos.

Contudo os gestores tentam ao máximo minimizar o efeito de estender suas reuniões dentro do horário de trabalho: a mais comum tentativa de otimização de tempo para esta prática é a de reduzir períodos de aula no mínimo um dia da semana, na qual os alunos são liberados mais cedo do que normalmente. Porém este tempo não é tão eficaz, visto que os profissionais da escola necessitam abordar diferentes assuntos, em um único espaço-tempo, além de que o currículo está cada vez mais encorpado.

A educação continuada e permanente dos profissionais precisa centrar-se na reflexão sobre a prática pedagógica, tendo como esteio o cotidiano escolar e organizando-se em ações reflexíveis a partir do próprio grupo profissional (FERREIRA, 2007, p. 46).

É possível assegurar que este desafio é enfrentado pela maioria das escolas, se não todas. Acredito que ele possa ser revertido desde que em parceria com os órgãos competentes por meio do diálogo, que sabidamente é uma das melhores formas de abordagem, e da criação de projetos voltados ao discurso. Enquanto isso não acontece, os gestores das escolas vão driblando o tempo e os conteúdos para que todo final de ano consigam contemplar as demandas impostas pelas políticas públicas¹².

No que se refere à educação, o termo política pública pode ser definido como sendo um conjunto de normas, regulamentos, ações políticas, decisões e estratégias para desenvolver determinados projetos e/ou atividades do sistema educacional, bem como aquisição dos recursos destinados a tal finalidade (DAMILANO; TURCHIELLO, 2008, p. 86).

¹²Segundo Damilano; Turciello (2008, p. 86) [...] a política pública é um conjunto de normas ou ações governamentais que visa alcançar determinados objetivos para benefício dos cidadãos.

Apesar de o processo de inclusão escolar ser um acontecimento do presente, desenvolve-se na mesma proporção em que se constitui a prática pedagógica. Entendendo que os segmentos educacionais sofrem constantes variações, vão aparecendo fragmentos que necessitam ser desfragmentados. Para que não fiquem vestígios de ineficiências no contexto inclusivo, deve-se considerar uma equipe gestora que trabalhe e planeje individualmente e o coletivamente o processo inclusivo.

A escola só terá qualidade a partir do momento em que todos que nela atuam, desenvolvam um trabalho conjunto, e no diálogo coletivo possam acrescentar e qualificar este espaço que é compreendido como histórico, social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da proposta deste trabalho de conclusão: conhecer diferentes abordagens desenvolvidas pelos profissionais da sala regular e AEE que visem à qualidade da inclusão de alunos com NEE e identificar desafios presentes no contexto da inclusão de alunos com NEE a partir das descrições de suas práticas pedagógicas, foi possível elencar alguns fatores que se correlacionam com a qualidade dos processos de inclusão que foram analisados.

Estes fatores referem-se à equipe gestora comprometida com a inclusão, à formação continuada, ao planejamento, ao PPP, às reuniões pedagógicas, à equipe de apoio (monitor de sala de aula), aos materiais de apoio (sala multifuncional, etc.), à família e sua relação com a escola, à dificuldade em conciliar a carga horária. Todos estes itens se correlacionam com a gestão escolar democrática, que por sua vez vem sendo colocada em prática na maioria das escolas públicas do Brasil e, como vimos na cidade de Santa Maria, com o objetivo de promover uma educação de qualidade e de cidadania plena.

Dentre os fatores analisados, destaca-se a influência que o diálogo exerce sobre os gestores: professores, alunos, famílias e comunidade em geral, como componente imprescindível no processo de inclusão de alunos com NEE. A comunicação direta e constante contribui para todos os segmentos de cada instituição, pois cada segmento tem um olhar único sobre cada especificidade do aluno ou situação, por isso dá-se a importante troca de saberes e conhecimentos a partir do diálogo, somando-se na totalidade.

Tendo em vista os aspectos analisados diante do contexto de inclusão escolar, foi possível perceber profissionais comprometidos com sua profissionalização. Por mais que a inclusão carregue consigo muitos desafios, o trabalho coletivo mostra-se relevante quando se tem uma base dialógica entre os componentes da escola. A mais desafiante condição é a organização de espaço-tempo disponível para reuniões e estudos referentes ao contexto inclusivo.

Portanto, não existe uma fórmula pronta para inferir nos desafios do contexto de inclusão, isso porque cada espaço e realidade são distintos, assim como cada aluno com NEE tem a sua individualidade e cada professor tem a sua trajetória de vivências e experiências. Ainda que os discursos tomem variações no contexto educacional o que se pode afirmar é que o diálogo permanecerá como o maior aliado das práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs.) 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental.** Formação Continuada a Distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Mental. SEESP/SEED/MEC: Brasília – DF, 2007.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. DOS SANTOS, Martinha Clarete Dutra; GUEDES, Martha Tombesi; DUTRA, Claudia Pereira (Orgs). Secretária de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.** Ed. MEC, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Diário Oficial da União. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Resolução CNE/CEB 4/2009. Brasília: 2 de outubro de 2009. (1-17).

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada.** In: 4º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. Ano 2009.

DAMILANO, José, Luiz, Padilha; TURCHIELLO, Priscila. Política e Gestão em Educação Especial. In: SILUK, Cláudia, Pavão. **Curso de Especialização em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo I.** Santa Maria: UFSM CE. 2008. (83-126).

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Tradução de Edlson Alkmim da Cunha. 2 ed. Brasília: CORDE, 1997.

FERREIRA, Liliana Soares. “Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores”. In: **Educação em Revista**, UNESP, Marília – SP, v.8, n.1, 2007. (35-48).

_____. Professoras e professores como autores de sua profissionalidade: a gestão do pedagógico na sala de aula. In. **Revista de política e Administração da Educação**, Porto Alegre: ANPAE, v. 13, n. 1, dez. 2009.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades.** Brasília, v. 17, n. 72, fev./jun. 2000. (167-177).

GADOTTI, Moacir. **Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola.** Secretaria de Estado de Minas Gerais. Diretoria de Capacitação de Recursos humanos; PROCAD- Projeto de Capacitação de Dirigentes – Fase Escola Sagarana: s/ ano.

GODOY, Arilda, Schimit. Introdução a pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v 35, n 2, 57-63. mar/abr. 1995.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUNARDI, Márcia Lise. Implicações das relações interpessoais na aprendizagem. TONINI, Andréa (Org.)In: **Psicologia das Relações Educacionais**. Santa Maria, UFSM, Pró Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2005. (33-52).

MARCONI, M. A, LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7°. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUEZAN, Lorena Inês Peterini. **Implicações Educacionais dos Estudos de Wallon**. Desenvolvimento Humano em Diferentes Abordagens. Curso de Pós Graduação a Distância em Gestão Educacional. 2º semestre. s/ ano.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. 14. ed. Papirus, 2002.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SALA REGULAR – COMO DIALOGAR?

Especializanda: Viviane Cáceres Pacheco da Silva

Orientadora: Prof^ª. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instruções

O presente questionário tem como propósito compreender o trabalho entre o profissional do AEE e o profissional da sala regular, além de agrupar métodos e possibilidades que a gestão escolar elege contribuindo com o trabalho interdisciplinar no contexto inclusivo de alunos com necessidades especiais.

As questões são dispostas de duas maneiras: fechadas e abertas.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para o conhecimento de como a gestão escolar vem desfragmentando os desafios decorrentes da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais – NE nas escolas municipais de Santa Maria-rs do Bairro Camobi.

I - DADOS GERAIS

1. Nome: _____
2. Nome fictício: _____
3. Endereço: _____
4. Escola: _____
5. Telefones para contato: _____

II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Há quantos anos está exercendo a profissão?

3. Você já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que focalizem a gestão escolar

4. Você já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que focalizem a inclusão escolar

III - ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. Existe um espaço (físico) reservado para o AEE na Escola? Como ele se apresenta atualmente, recursos e meios que os profissionais da Sala Regular e AEE utilizam para a melhor compreensão dos alunos inclusos?

2. Quantos alunos com NE atende na Escola?

3. Tipo de Deficiência?

4. Como foi realizada a construção do PP? Você teve participação na construção do mesmo? O PPP contempla o AEE?

5. Como o tema inclusão escolar de alunos com necessidades especiais tem sido refletido nas propostas e ações conjuntas desenvolvidas na escola?

6. Em relação ao trabalho conjunto com o professor da sala regular, você o considera importante? Como você se sente atualmente em relação ao trabalho conjunto?

() Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito satisfeito () Não satisfeito. Por quê?

Os professores (AEE e Sala regular) possuem autonomia na realização do trabalho conjunto em relação aos alunos com NE ou devem seguir uma determinação da escola?

7. Entendendo que a família tem papel fundamental na escola, qual é o envolvimento da mesma com o que é desenvolvido com os alunos com necessidades especiais?

8. O que a escola faz para auxiliar os professores que não possuem formação para atuar com os alunos com NE quanto à inclusão escolar?

9. Atualmente a inclusão demanda desafios, os quais devem ser superados muitas vezes através do olhar minucioso dos profissionais envolvidos. Como é abordado os desafios em relação à inclusão escolar de alunos com deficiência por parte dos professores e demais gestores da escola? Existe alguma dificuldade na relação ao trabalho conjunto com o professor da sala regular?

10. Na sua opinião, o que deve ser feito para fortalecer o papel da gestão escolar no que se refere à inclusão escolar de alunos com NE?

Caso queira sugerir alguma possibilidade de trabalho conjunto que julgue ser referencial para outros profissionais utilize este espaço:

